

“Devemos contentar-nos com fazer uma revolução o mais nossa que seja possível”: trabalhadores na Revolta de 1924 em São Paulo

“We must be pleased to carry out a revolution as much of our own as possible”: workers in the 1924 Revolt in São Paulo

Maria Clara Spada de Castro*

Resumo: A Revolta de 1924 em São Paulo contou com o envolvimento vultoso de trabalhadores. A partir da análise do processo judicial movido contra os revoltosos, foi possível contabilizar que os civis se faziam superiores numericamente aos militares e policiais amotinados. Além dos civis que compunham o operariado organizado, havia aqueles que viram no alistamento às forças revoltosas como uma possibilidade de sustento diante da fome e os que aderiram espontaneamente diante do protesto popular, que promoveu saques e incêndios intencionais nas fábricas e armazéns. Tal dado nos impulsiona a rever as definições do conceito *tenentismo*, que centralizam a agência dos militares detentores da patente de tenente e obscurecem os demais grupos que se envolveram no movimento.

Palavras-chave: tenentismo; Revolta de 1924; trabalhadores.

Abstract: The 1924 Revolt in São Paulo relied on the immense participation of workers. According to the analyses of the legal process against the rebels was possible to attest that the civilians were numerically superior to the mutinous military and police. In addition to the civilians who composed the organized working class, there were those who chose enlistment in the revolting forces as a possibility of sustenance opposing hunger and those who spontaneously joined the popular protest, which promoted looting and intentional burning of factories and warehouses. This data drives us to review the definitions of the “tenentism” concept, which

* Doutora em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus de Guarulhos. Possui Bacharelado, Licenciatura em História e Habilitação em Memória e Patrimônio pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: clara.spadacastro@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2958-4276>.

focuses on the agency of the military who hold the lieutenant rank and obscure all other groups that were involved in the movement.

Keywords: Tenentism; The 1924 Revolt; Workers.

São Paulo no fogo cruzado

NA MADRUGADA do dia 5 de julho de 1924 iniciou-se um levante na cidade de São Paulo. Tropas do Exército Brasileiro e da Força Pública tomaram quartéis, ruas e espaços públicos, e passaram a disputar o domínio da cidade contra as forças do governo ao longo de 23 dias. Civis e membros de ambas as corporações foram aderindo à revolta por motivações diversas, mas o que os congregava era a insatisfação com o governo do presidente Arthur Bernardes. Conforme seus planos, os revoltosos buscavam reunir forças e recursos na capital paulista para estabelecer ligações com levantes que ocorreriam em outros estados, como Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Minas Gerais, para então alcançarem a Capital Federal.¹

Um dos primeiros espaços estratégicos ocupados pelos revoltosos em São Paulo foi a repartição do Telégrafo Nacional, na rua José Bonifácio, no centro da cidade. A ideia era estabelecer contato com as forças de fora, bem como dificultar a organização de uma possível repressão. Nos relatos dos combates para a tomada do referido prédio, encontramos registros do envolvimento civil logo nas primeiras horas da revolta:

com essa força rebelde combatiam, armados de fuzis, os médicos drs. Emílio de Barros e Mário Grecco; o lutador Antônio Speer, vulgo Dudu; o professor público Syllas Borba, diretor das Escolas Reunidas de Santo Anastácio, e os empregados da própria repartição Américo Del Grecco e Norberto Vieira.²

No Rio de Janeiro, Arthur Bernardes encaminhou ao Congresso Nacional o pedido de estado de sítio, que foi aprovado e decretado naquele mesmo 5 de julho. Tropas legalistas do Exército, Marinha e polícias de outros estados foram mobilizadas para defender o governo federal. Uma esquadra liderada pelo encouraçado *Minas Gerais*, acompanhado de dois destróieres, o *Bahia* e o *Alagoas*, atracou em Santos, com o efetivo aproximado de 3.000 homens com destino a São Paulo. Através da Estrada de Ferro Central do Brasil foram embarcadas tropas localizadas no interior do estado com a mesma finalidade.³

Nos primeiros dias, os combates tomaram as ruas dos bairros da Luz, onde se concentravam os batalhões da Força Pública, Campos Elísios, bairro nobre que abrigava

1 CORREA, Anna Maria Martinez. **A Rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1976. p. 77-82. TÁVORA, Juarez. **À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924**. v. 1. São Paulo: O Combate, 1927. p. 170-180. TJSP. **Sucessos subversivos de São Paulo**. Denúncia apresentada ao Exm.º Sr. Dr. Juiz Federal da 1ª Vara de São Paulo pelo Procurador Criminal da República, em comissão no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. p. 31-41.

2 TJSP. **Sucessos subversivos de São Paulo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. p. 48.

3 **Correio Paulistano**, São Paulo, 6 jul. 1924. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 jul. 1924.

o palácio residencial do presidente de estado, e região central, nas proximidades do vale do Anhangabaú, largos do Paissandu, Santa Ifigênia e São Bento. Paralelepípedos eram arrancados do calçamento na improvisação de trincheiras nas ruas. O alto dos prédios e morros eram disputados pelos soldados de ambos os lados em confrontos dispersos e isolados.⁴

Sitiada entre as barricadas e as rajadas de metralhadoras, a população paulistana passou a sofrer com os intensos bombardeios e com o desabastecimento de água e alimentos. As dificuldades se agravavam com a suspensão dos trabalhos nas fábricas e com a flutuação dos preços de gêneros de primeira necessidade.

Jornais do dia 8 de julho noticiavam que todas as travessas da avenida Rangel Pestana, que partes do centro da cidade, até a rua do Hipódromo, no bairro da Mooca, estavam recortadas de trincheiras feitas pelos revoltosos, que eram “auxiliados por muitos civis armados de carabinas”.⁵ Neste mesmo dia, após intenso bombardeio ao Palácio dos Campos Elíseos, disputado desde o início da revolta, o presidente do estado Carlos de Campos transferiu a sede do governo para a Secretaria da Justiça, no largo do Palácio (atual Pátio do Colégio), onde o general comandante da 2ª Região Militar Estanislau Pamplona poderia lhe oferecer maior segurança com a concentração de tropas da polícia e da Marinha.⁶

O grupo revoltoso de artilharia pesada do Exército, localizado em Quitaúna (atual Osasco), posicionou seus canhões atrás do cemitério do Araçá e de lá conseguiu alvejar o largo do Tesouro, ocasionando a morte de alguns marinheiros que faziam a guarda de Carlos de Campos. Resolveu-se então, entre os legalistas, pela retirada geral para a estação ferroviária de Guaiaúna, na Penha, zona leste da cidade. A ideia era reunir-se com as forças que haveriam de chegar de outros estados através da E.F. Central do Brasil.⁷

Com a retirada das tropas legalistas, espalhou-se um boato de que estas estavam se organizando para um ataque em semicírculo, em direção ao centro da cidade. No interior deste semicírculo localizavam-se os populosos bairros operários e grandes fábricas, que ficaram em meio ao fogo cruzado. Constituídos por cinco brigadas, os governistas estavam posicionados de modo a proteger as regiões que forneciam possibilidade de locomoção em direção ao Rio de Janeiro. Concentravam suas forças na Mooca e no Ipiranga, visando à proteção da ferrovia São Paulo Railway, que possibilitava o deslocamento para Santos, e ao longo do trilho da E.F. Central do Brasil, conexão direta de São Paulo com a Capital Federal, agrupando tropas no Belenzinho e na Penha. Nessa última localidade estabeleceram o quartel-general e o governo do estado.⁸

4 TÁVORA, op. cit., 1927, p. 222. COSTA, Cyro; GOES, Eurico de. **Sob a metralha**. Histórico da revolta em São Paulo, de 5 de julho de 1924. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1924. p. 14-23.

5 CIVIS auxiliam os revoltosos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 8 jul. 1924.

6 TJSP. **Sucessos subversivos de São Paulo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. p. 61-62.

7 NORONHA, Abílio de. **Narrando a verdade**: contribuição para a história da revolta em São Paulo. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1924. p. 116-122. COSTA; GOES, op. cit., p. 42-44. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 1, 10 jul. 1924.

8 GEENEN, Henrique. **Aventuras de uma família de São Paulo durante a revolta de julho de 1924**. São Paulo: Romero & Comp., 1925. p. 43. NORONHA, op. cit., p. 128-131.

Com a expansão da zona de combates na capital, mais gente, em busca de maior segurança, seguia em direção ao interior do estado. Alguns dirigiam-se às estações ferroviárias da Luz e Sorocabana, onde os rebeldes auxiliavam encaminhando-os para vagões de carga, que partiam superlotados. Outros tantos tentavam em automóveis particulares ou se deslocavam para as periferias a pé. “Calcula-se que, durante uns quatro dias, perto de 300 mil pessoas abandonaram a cidade de São Paulo”.⁹

No entanto, era impossível evacuar a cidade. Nem todos tinham condições ou destino para melhor se proteger, muitos se negavam a abandonar seus lares. Em notícia sobre os socorridos na Santa Casa, apontava-se que a maioria dos feridos era de gente do Brás e a maioria das vítimas era de civis, “quase todas atingidas pelas granadas dentro de suas próprias casas. Citam-se casas de famílias inteiras vitimadas na mesma ocasião pela mesma granada”.¹⁰

Depois do dia 20 de julho, forças legalistas começaram a utilizar tanques de guerra para combater as barricadas espalhadas pela cidade e aviões lançavam sobre a população granadas, bombas e manifestos, orientando para que se retirassem. No outeiro da velha igreja da Penha foram colocados diversos canhões de grosso calibre, destinados a bombardear os bairros operários da Mooca, Belém, Brás, Pari, Canindé e Luz.¹¹ Resta-nos, entretanto, a dúvida: calculava-se mal a direção dos disparos dos canhões ou era intencional o ataque realizado a esses bairros? Não era possível ou não havia interesse das autoridades constituídas em proteger aquela população?

Tentativas de aproximações com o movimento operário organizado

A QUESTÃO DO ENVOLVIMENTO civil na Revolta de 1924 foi tema de intensos debates entre os militares envolvidos. Alguns viam como indispensável a participação popular e outros temiam pela segurança do movimento, pois receavam perder o controle da situação para as aspirações “bolchevistas”.¹² Em meio ao conflito, líderes operários pediram armas para que se constituíssem “batalhões verdadeiramente populares”, a fim de cortarem as comunicações, levantarem as populações do interior e organizarem guerrilhas contra as forças governistas. Contudo, alguns chefes militares como o general Isidoro Dias Lopes e o capitão Juarez Távora não concordaram. Este último, citando as revoluções francesa e russa, apontava que “pagaram tributos caríssimos de sangue à sede de vingança das massas oprimidas”, e questionava: “quem de nós seria capaz de prever as últimas consequências da subversão social criada pelo predomínio incontrastável do populacho?”.¹³

9 SESSO JR., Geraldo. **Retalhos da velha São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: OESP Maltese, 1986. p. 331. **A Capital**, São Paulo, p. 1, 17 jul. 1924. **A Gazeta**, São Paulo, p. 1, 13 ago. 1924.

10 **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 1, 13 jul. 1924.

11 OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. **1924, a revolução de Isidoro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 99. COSTA; GOES, op. cit., p. 118. SESSO JR., op. cit., p. 335. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 2, 20 jul. 1924. **A Capital**, São Paulo, p. 1, 20 jul. 1924.

12 LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes: marchas e combates**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p. 39-40.

13 ZAIDAN FILHO, Michel. **O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 52-

Apesar do não consenso entre os militares, o envolvimento civil no movimento existiu, contribuindo para que ele persistisse por quase um mês na capital paulista, e garantiu que a retirada em direção ao interior do estado fosse bem-sucedida. Em contraposição à ideia de que a Revolta de 1924 foi articulada essencialmente por militares, dentre os apontados pela denúncia enquanto frequentadores das reuniões de planejamento havia Waldomiro Rosa, empregado do Banco Ítalo-Belga. Nas horas vagas, era também sócio em uma fábrica de cigarros do major Miguel Costa, integrante da Cavalaria, responsável pelo levante da Força Pública de São Paulo e favorável ao envolvimento civil.

Waldomiro Rosa acompanhou os rebeldes na retirada da cidade em direção ao Mato Grosso, promovido ao posto de capitão. Foi acusado pela Justiça de auxiliar na tomada da estação radiotelefônica de Dias Carneiro & Cia., juntamente com o advogado Pedro de Alcântara Tocci. Este último foi acusado de ser orador dos rebeldes, «redigindo manifestos, falando nas praças públicas no Brás e irradiando discursos radiográficos». Conforme testemunhos, Tocci exercia também funções de secretário do major Miguel Costa.¹⁴

Dentre os documentos que foram apreendidos pela polícia no quartel da Luz, após a retirada dos revoltosos, há um *Manifesto aos operários do Partido do Trabalho*, escrito por Tocci e datado de 23 de julho de 1924, que afirmava o seguinte:

O momento porque vai passando o Brasil inteiro, com as forças revolucionárias aquarteladas brilhantemente em S. Paulo, com elementos militares e civis da mais alta valia, determinou que desde o início da Revolução também o operário prestasse o seu concurso, porque o problema militar se desdobra e se consolida com o amplo problema social. Para a garantia da hora certa, da melhoria dos salários, da instrução, do amparo às crianças e às mulheres, minorando moral e economicamente a vida do trabalhador na luta contra a carestia no geral e contra as pretensões descabidas do capitalismo sem entranhas e explorador.

Assim pois, o Partido do Trabalho desvanecido com os operários que já atenderam o seu apelo, dos que sempre apoiaram esse movimento redentor, pede e insiste de que os operários compareçam ao Quartel General das Forças Revolucionárias, à avenida Tiradentes, a fim de prestarem os seus serviços civis e militares e com toda a urgência.¹⁵

É possível notar no manifesto acima uma tentativa de aproximação dos ideais dos militares revoltosos com os dos operários da cidade. Pedro de Alcântara Tocci, em 1928, em entrevista ao jornal *A Crítica*, afirmou que os revoltosos buscavam com o movimento

a mais absoluta liberdade de sufrágio, a liberdade de imprensa, a liberdade de pensamento, da cátedra e do livro; direitos civis e políticos à mulher; nacionalização da produção, fracionamento da propriedade rural; a eliminação da política dos empréstimos; organização de mercados de consumo sobre princípios do cooperativismo; legislação do trabalho; transformação dos métodos educacionais; etc.¹⁶

53. TÁVORA, op. cit., 1927, p. 91-92.

14 TJSP. **Sucessos subversivos de São Paulo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 79 e 85. APESP. **Processo da Revolução de 1924**. STF, n. 1009 de 1927, v. 11, f. 126 e 173; v. 35, f. 364.

15 APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n. 1009 de 1927, v. 29, f. 249.

16 O Brasil depois da revolução. **A Crítica**, Rio de Janeiro, p. 1, 1 dez. 1928.

Octávio Brandão, militante de destacada posição no Partido Comunista do Brasil (PCB), defendia uma aliança do partido, “em determinadas condições, com os revoltosos pequeno-burgueses da insurreição de Copacabana” e com a Coluna Prestes contra os ataques reacionários e as confusões dos “esquerdistas” que negavam a importância de tais movimentos políticos. Sua posição foi refletida nas discussões internas do PCB: “Os revolucionários da Coluna Prestes simpatizavam particularmente com a nossa luta contra o imperialismo, o que é da maior importância, se bem que sua simpatia parta de um ponto de vista patriótico e nacionalista”. Os comunistas, em meio aos movimentos de articulação da Revolta de 1924, se propuseram a organizar guerrilhas de trabalhadores, mas o general Isidoro Dias Lopes recusou. Para Brandão:

Não podemos iniciar a luta armada, mas, depois de começada, tomaremos uma tipografia, lançaremos um jornal próprio e podemos armar milhares de trabalhadores que decidirão da luta e da vitória. São Paulo sozinho não poderá triunfar. A vitória depende das insurreições armadas simultâneas no Rio de Janeiro e em São Paulo.¹⁷

Reflexo disso foi a organização dos jornais *O 5 de Julho* e *O Libertador*. Desde o início da revolta em São Paulo, passou a ser editado clandestinamente no Rio de Janeiro *O 5 de Julho*, com a finalidade de divulgar informações sobre o movimento, que os veículos da imprensa oposicionista, como o *Correio da Manhã*, eram proibidos de publicar. O semanário, que tinha como lema “A vitória da revolução é a nossa lei suprema”, era distribuído de mão em mão, impreso na tipografia do ex-dirigente do PCB Antonio Bernardo Canellas, com a assistência dos irmãos Rodolpho, Pedro e Paulo Mota Lima, estes dois últimos também comunistas. Sua publicação seguiu ininterrupta até o fim do governo Bernardes, apesar da polícia do Distrito Federal oferecer dinheiro a quem denunciasse os editores ou onde estava sendo feito.¹⁸

O Libertador teve sua primeira edição em 5 de agosto de 1924, como parte de uma solenidade que comemorava o primeiro mês de resistência do movimento, no município de Assis, onde as tropas acampavam em retirada pelo interior através dos trilhos da Sorocabana. Redigido pelo jornalista maranhense José Maria dos Reis Perdigão, o jornal teve publicações até o grupo alcançar Porto Epitácio, município às margens do rio Paraná, limite do estado de São Paulo.¹⁹

Tentativas de aproximações entre organizações operárias e os militares que planejavam os levantes para julho de 1924 foram feitas antecipadamente, mas encontraram diversas dificuldades em se estabelecer. Lideranças do PCB chegaram a se comprometer em dar apoio ao movimento. Todavia, a conspiração chegou ao chefe de polícia do Distrito Federal Carneiro da Fontoura, e, a partir de abril de 1924, ocorreu uma série de prisões.²⁰

17 BRANDÃO, Octávio. **Combates e batalhas**: memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 280.

18 DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962. p. 141.

19 PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 141-143. LIMA, op. cit., p. 262-263. CARVALHO, Joaquim Nunes de. **5 de julho – 1922-1924**. Rio de Janeiro: Ed. Henrique Velho, 1944. p. 105.

20 DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,

Maurício de Lacerda, que “desenvolvia sua atuação política em estreito contato com organizações operárias do Rio de Janeiro”, conheceu, em 1923, o chefe da revolta general Isidoro Dias Lopes, que o procurou buscando a colaboração dos operários do Rio ao movimento que se organizava. Lacerda inicialmente se comprometeu em ajudá-lo, “apontando-lhe o meio” de entrar em contato com os chefes das organizações operárias.²¹

Everardo Dias, gráfico e jornalista comunista, confirmou ter sido procurado também em 1923, no Rio de Janeiro, por uma pessoa da confiança de Lacerda para imprimir um apelo-circular aos oficiais comprometidos com os planos da revolta. Buscando os líderes sindicais, verificou ter baixa adesão entre os operários, não só no Rio de Janeiro, mas também nos demais centros urbanos, devido à vigilância e repressão do Estado.²²

Lacerda acabou se afastando do movimento, que, na sua perspectiva, estava rachado: “Operários comunistas e militares de um lado e de outro militares e operários anarquistas, uns sob a chefia de Isidoro e outros querendo a de Klinger”. Quando se discutia quem seria o chefe militar da revolta, o nome do general não era unânime. Alguns apoiavam no lugar o então major Bertoldo Klinger, que julgou as forças disponíveis serem insuficientes para o levante e se retirou da organização do movimento.²³

A despeito das divisões internas apontadas por Lacerda, Brandão, por sua vez, afirmou que nos últimos dias de revolta em São Paulo, os anarquistas, apesar de resistentes inicialmente, compuseram a frente única formada para impedir a retomada legalista. Mas, segundo ele, já era tarde: “Não se tinham preparado, com a devida antecedência, para a luta, como lhes propusemos em tempo”.²⁴

Anarquistas em São Paulo, no desenrolar da revolta, reuniam-se diariamente em busca de uma maneira que lhes permitisse participar do movimento sem comprometer seus ideais. Chegaram a propor ao general Isidoro que fornecesse armas para que formassem um batalhão civil autônomo, sem a disciplina e a interferência militar, o que também foi negado.²⁵

No entanto, anarquistas continuaram a apoiar o movimento. Segundo publicação do jornal *A Plebe*:

Não podemos, sem transigir com os nossos princípios, deixar de olhar o movimento revolucionário triunfante com devida simpatia porque, vigorando os fins que o determinaram, muito aproveitaremos na propaganda dos nossos ideais de emancipação humana (...). Já que não contamos com uma força consciente e moral no seio das classes trabalhadoras e populares para fazermos uma revolução genuinamente “nossa”, entendemos que, como diz

1977. p. 194. SAMIS, Alexandre. **Clevelândia**: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Entremares; Intermezzo, 2019. p. 138-140.

21 LACERDA, Maurício de. **Entre duas revoluções**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro Freitas Bastos; Spicer & Cia., 1927. p. 151-152.

22 DIAS, op. cit., p. 132-133.

23 LACERDA, op. cit., p. 157.

24 BRANDÃO, op. cit., p. 281. KAREPOVS, Dainis. **A esquerda e o Parlamento no Brasil**: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930). 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. p. 557. BRANDÃO, Octávio. **Agrarismo e industrialismo**: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil - 1924. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006. p. 136.

25 RODRIGUES, Edgar. **Novos rumos**: pesquisa social 1922-1946. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1976. p. 227.

Malatesta, *devemos contentar-nos com fazer uma revolução o mais “nossa” que seja possível*, favorecendo e participando moral e materialmente, a todo movimento direto no sentido da justiça e da liberdade.²⁶

Em análise, *A Plebe* ponderou sobre o fato de a revolta ter em sua direção oficiais do Exército. Contudo, apontou os soldados, que também sofriam com a carestia, enquanto representantes do povo e razão do então triunfo da ocupação da cidade. O gerente responsável pela edição Rodolpho Fellipe acabou preso, junto a oito participantes do jornal, processados pela lei de imprensa.²⁷

Neste mesmo número do jornal havia uma moção de militantes operários destinada ao “Comitê das Forças Revolucionárias”. Feita em reunião realizada na sede dos gráficos, a moção era destinada ao governo revoltoso que se instalou na cidade com a retirada de Carlos de Campos e que havia se colocado como disposto em receber “todo e qualquer cidadão que necessite de providências no sentido das suas necessidades e aspirações”. Os trabalhadores propunham o estabelecimento de salário mínimo, tabela de preços máximos para os gêneros de primeira necessidade, direito de associação, liberdade de imprensa e manifestação, revogação da lei de expulsão de estrangeiros, direito de fundar escolas e generalização do dia de oito horas de trabalho.²⁸

Parte dos signatários da moção foi deportada para a colônia penal da Clevelândia, no Oiapoque, tendo morrido por lá. Os outros tiveram de fugir para escapar à perseguição do governo Arthur Bernardes. Segundo Carlo Romani, os gráficos Pedro Mota e Nino Martins, redatores d’ *A Plebe*, “foram os que mais sofreram nas mãos da polícia bernardesca”, enviados para o Oiapoque em meados de 1925.²⁹

Com a ampliação do cerco legalista à cidade tomada pela revolta e com os intensos bombardeios, trabalhadores passaram a discutir a necessidade de apoiar o movimento que se iniciou em 5 de julho. Discutia-se que, caso os legalistas recuperassem a cidade, a vida tornaria-se “mais aflitiva, terrificante e miserável”, já prevendo as perseguições que ocorreriam em sequência. Afirmavam que a “nós trabalhadores, a nós explorados, a nós vítimas da tirania capitalista – estatal –, compete olhar esse movimento revolucionário com simpatia e com uma manifestação de conquista aos direitos que aspiramos”.³⁰

Certamente esta conclusão, de que a retomada legalista dificultaria a vida, foi alcançada por meio de experiências anteriores. Quando analisamos o período da Primeira República, são bastante sintomáticas a forte repressão e perseguição que se seguiram às tentativas de

26 A NOSSA opinião. *A Plebe*, São Paulo, p. 1, 28 jul. 1924. Grifos nossos.

27 CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (org.). *A Imprensa confiscada pelo Deops: 1924-1954*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. p. 96.

28 LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: roteiro de libertação social*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963. p. 119. UMA MOÇÃO de militantes operários ao Comitê das Forças Revolucionárias. *A Plebe*, São Paulo, p. 2, 28 jul. 1924.

29 RODRIGUES, Edgar. *Alvorada operária: os congressos operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979. p. 334. ROMANI, Carlo. “*Clevelândia, Oiapoque - aqui começa o Brasil!*” Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927). 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2003. p. 251.

30 AO PROLETARIADO paulista. *A Plebe*. São Paulo, p. 2, 28 jul. 1924.

levantantes populares ou organizações que representassem ameaças ao poder constituído. De fato, com a retomada legalista a partir do dia 27 de julho, diversas associações tiveram suas sedes fechadas como a *Voz Cosmopolita* e *O Alfaiate*. A sede do Sindicato dos Gráficos de São Paulo foi empastelada. Em circular de agosto de 1924, o gerente do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem informava a destruição de “tudo quanto se continha nas sedes das associações de classes operárias. Assim, o grêmio dos operários em indústrias têxteis, em via de organização, desapareceu (...) [assim como o] dos sapateiros, que era bem-organizado”.³¹

Outros apoios populares ao movimento foram registrados em boletins e panfletos apreendidos. Em um, assinado por “a pobreza oprimida de São Paulo” e destinado “ao povo”, buscava-se apontar a revolta como a resolução da carestia, além de colocar operários e militares lado a lado em meio às dificuldades de se viver com os baixos ordenados. Tal publicação além de indicar os militares enquanto proletários, apontava para o movimento revoltoso enquanto solução para os problemas do comércio e da indústria, com a ampliação de suas atividades, sendo positivo também para a burguesia.³² Em um outro, de título “Ao proletariado em geral!” e assinado “O Comitê Operário”, era proposto um momento de discussão para que se definisse o apoio à revolta, apontada como o “caminho de um amanhã de mais liberdade, justiça e bem-estar para as classes oprimidas”.³³

No que diz respeito aos civis, as motivações que os levaram à revolta foram difusas. Para além das pautas do movimento operário, elencadas pelo jornal *A Plebe*, por exemplo, houve também, naqueles dias de julho, a intensificação de questões imediatas como a fome e a necessidade de garantir a sobrevivência. Os saques e incêndios que abordaremos a seguir refletem essas últimas insatisfações.

Saques e incêndios

A NECESSIDADE DA RETIRADA do governo estadual para a periferia da cidade, diante dos ataques revoltosos, evidenciou o perigo que estes ofereciam à ordem até então estabelecida. Outros fatores podem ser somados às motivações para a intensificação do bombardeio promovido pelo governo federal a partir do dia 11 de julho, como o fato de o principal bairro atacado pelos revoltosos naqueles primeiros dias ter sido o de Campos Elíseos, endereço dos palacetes da aristocracia cafeeira paulista, e a ocorrência de saques promovidos por populares, que contaram com a anuência dos militares revoltosos.

Alguns relatos evidenciam a aproximação e simpatia dos populares para com o movimento. Conforme memórias de sr. Ariosto, na época morador da rua da Mooca, “todos os vizinhos rodeavam o tenente Cabanas, que era muito destemido, levavam comida para

31 HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A classe operária no Brasil**. 1889-1930. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. v. 1, p. 270. HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A classe operária no no Brasil**. 1889-1930. São Paulo: Brasiliense, 1981. v. 2, p. 210-211.

32 APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n. 1009 de 1927, v. 29, f. 248.

33 APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n. 1009 de 1927, v. 29, f. 245.

os soldados, ou iam levar seu abraço”. O sr. Abel, que residia na rua Minas Gerais, próxima à Consolação, recorda-se que havia uma trincheira perto de casa e que sua mãe “mandava bolinhos e café para os revolucionários”.³⁴

A aproximação de parte dos mais pobres para com os revoltosos certamente também influenciou para intensificação dos bombardeios legalistas aos bairros operários no decorrer dos dias de ocupação da cidade. Indicam também a preocupação do Estado em reaver a “ordem”, defender a propriedade e os interesses da elite paulista, bem como sua hegemonia, evidenciando o jogo político e a luta de classes.

Com o término da revolta na cidade, em fins de julho, a polícia apurou as perdas dos grandes proprietários. Em relatório, apontava-se que “numerosos foram os saques levados a efeito nesta capital, pelas forças revoltosas aliadas a uma grande parte da baixa classe do povo que os acompanhava confraternizando-se com elas”. As empresas saqueadas se concentravam, em sua maioria, na região central e nos bairros da Mooca e Brás, como os depósitos da São Paulo Railway e E.F. Central do Brasil, armazéns das companhias Fiat Lux, Puglisi, Fábricas Matarazzo e Moinhos Gamba.³⁵

Os casos de saques aos armazéns de certo modo se associavam à fome, gerada pelo desabastecimento da cidade e pela paralisação dos trabalhos nas fábricas e comércios. Embora pensemos aqui o envolvimento civil em 1924 e indaguemos o que teria levado essas pessoas à revolta, as respostas são múltiplas. É nesse sentido que pensamos nos alvos físicos, o que eles simbolizavam e como se relacionavam às insatisfações populares. Se faz necessário decifrar o comportamento popular e descobrir as regras invisíveis das ações. Além de reativo, enquanto reflexo moral, no caso dos saques, há também a ousadia em desafiar uma certa hegemonia econômica e política, no caso dos incêndios.³⁶

A partir dos debates que circundam a historiografia acerca da chamada história das multidões, Marco Pamplona, em um balanço historiográfico sobre o protesto popular, observa que, em geral, este contou com uma ampla participação de pobres urbanos, desprovidos de direitos, acompanhados da “presença, por vezes difusa e transitória, de alguns elementos saídos daqueles grupos comumente identificados com a dita ‘boa sociedade’”. No caso aqui estudado, os possuidores de altas e médias patentes do Exército e da Força Pública envolvidos na revolta se inseriam nessa categoria de membros da “boa sociedade”, e tiveram seu status alterado. Essas revoltas populares não eram inspiradas por nenhuma ideologia específica, mas usualmente se apoiavam no tradicionalismo e no conservadorismo, “geralmente com o propósito de emendar ou endireitar uma ordem preestabelecida; ordem essa que, conforme

34 BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 166 e 190.

35 APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n. 1009 de 1927, v. 25. COSTA; GOES, op. cit., p. 65.

36 RUDÉ, George. **A multidão na história**: estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848). Rio de Janeiro: Campus, 1991. p. 9-10. THOMPSON, Edward Palmer. **Tradicón, revuelta y consciencia de clase**: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. p. 46.

a visão dos revoltosos, havia sido arbitrariamente transgredida ou abusada por aqueles que exerciam a autoridade imediata”.³⁷

Curiosamente, em 1924, esse discurso de endireitar a ordem preestabelecida se apoiava na “República que não foi”.³⁸ A descrença na possibilidade de mudança através do voto colocou as revoltas populares, ocorridas ao longo de toda a Primeira República, como “um modo de expressar demandas políticas [...] o ‘legitimismo das barricadas’ pôde, modestamente, ser considerado suficiente”,³⁹ pelo menos momentaneamente.

A revolta de julho de 1924 em São Paulo não ocorreu isolada ou desconexa de outros movimentos políticos e sociais. Parte da adesão civil estava conectada com movimentos que ocorriam na cidade no mesmo período, como as greves, organizações populares, partidos e jornais operários. No entanto, a não identificação da adesão desses grupos específicos pode significar que os trabalhadores que participaram da revolta não o fizeram necessariamente por meio de suas associações ou representações de classe. Quando esses revoltosos populares tomaram parte nos conflitos, “o fizeram de modo desagregado, menos na condição de membros de categorias organizadas e muito mais como simples moradores pobres da cidade”,⁴⁰ condição que sempre permeou sua realidade e suas experiências como classe trabalhadora.

Em comunicado à imprensa, os chefes militares do movimento, muito apegados a uma ideia específica de ordem, buscavam se distanciar da fúria das multidões e afirmaram que não foram coniventes com saques, depredações ou incêndios registrados na cidade com a retirada do presidente de estado.⁴¹ No entanto, sobre um caso específico, ocorrido no dia 9 de julho no Mercado Municipal, o tenente João Cabanas, da Força Pública, afirmou que:

Tendo verificado de visu e isto com bastante amargura, o sofrimento de grande parte da população pela escassez de gêneros alimentícios, deliberei atenuar esses sofrimentos, fazendo, de qualquer modo ou meio ao meu alcance, que o comércio de produtos de primeira necessidade abrisse suas portas ao público e o abastecesse pelos preços correntes antes da revolução. (...) As portas do estabelecimento estavam fechadas; em volta dele, uma multidão apinhava-se furiosa e rugia reclamando ingresso aos gritos. (...) Com o administrador do Mercado não tive bom êxito. Este funcionário indiferente às desgraças do povo e à fome que o abatia já há quatro dias, não quis atender-me (...); os populares ansiosos esperavam uma resolução. Resolvi tomá-la ordenando que se arrombassem as portas e os gêneros fossem distribuídos gratuitamente pelas famílias pobres. (...)⁴²

O jornal *A Capital* também apontava para o estado desolador da população, que sofria com a falta de mantimentos: “Chegou a tal ponto o desespero das famílias da Mooca que, durante

37 PAMPLONA, Marco A. A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 215-238, 1996.

38 CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

39 PAMPLONA, op. cit., 1996, p. 229.

40 PAMPLONA, Marco A. **Revoltas, repúblicas e cidadania**: Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 267.

41 Um comunicado dos chefes do movimento. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 1, 10 jul. 1924.

42 CABANAS, João. **A coluna da morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 26-27.

o incêndio das fábricas Gamba, aproveitaram-se das horríveis chamas como claridade e saquearam um armazém nas adjacências”.⁴³ No entanto, o mesmo jornal denunciava, um dia antes, os elevados preços dos gêneros de primeira necessidade, que passaram a custar o dobro ou triplo dos preços: “Em muitos bairros já há falta de mantimentos e grupos de populares, que se reúnem por toda parte, comentam indignados a situação, e alguns, mais exaltados, provocam distúrbios”.⁴⁴

É muito possível que os referidos saques ocorressem em reação a esse aumento de preços dos alimentos. O padre Marcigaglia, então diretor do Liceu Coração de Jesus, sobre o assunto escreveu que nesses saques tudo era levado: “barricas de cimento, rolos de arame farpado, motores, máquinas de escrever, fios elétricos, livros de contabilidade” e que “muitas vezes depois do saque vinha o incêndio acabar a obra de destruição”.⁴⁵ A partir deste e de outros relatos podemos supor que os saques se relacionavam não só com a carestia, intensificada a partir da ocupação da cidade pelos rebeldes. Além dos incêndios, havia o quebra-quebra, indício que reflete a existência de outras insatisfações.

O governo de Arthur Bernardes foi “marcado pelo estado de sítio e violentíssima repressão às organizações operárias”,⁴⁶ no entanto, mesmo em meio a esse contexto, elas não deixaram de existir. Em busca da palavra “greve” no jornal *O Combate* através da base de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional para o ano 1924, foi possível identificar que neste ano, antes da revolta de julho, houve greves dos trabalhadores dos armazéns da estação Pari da São Paulo Railway, dos tipógrafos da casa Julio Costa, de padeiros, de estivadores em Santos e dos tecelões. Esta última perdurou por cerca de um mês e paralisou 30 mil operários. Conforme circular do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, “as greves atuais e as greves esperadas têm motivo já conhecido, isto é: altos preços de aluguéis de casas; altos preços dos gêneros de primeira necessidade, com especialidade o feijão, que entra na alimentação do povo como prato de resistência”.⁴⁷

Verificando as fábricas que tiveram greves em janeiro e fevereiro de 1924, foi possível encontrar dentre elas as que sofreram os maiores saques na revolta ocorrida em julho, como Matarazzo e Gamba. Esta última também consta na listagem de maiores incêndios.⁴⁸ Um dos signatários do manifesto publicado no jornal *A Plebe* em apoio à revolta foi o tecelão José Righetti, caracterizado, em circular patronal de fevereiro daquele ano, como “grevista por natureza e grevista da pior espécie, pois tem o espírito imbuído de ideias anarquistas [...] e é, presentemente, talvez, a cabeça pensante da greve atual”.⁴⁹

43 *A Capital*, São Paulo, 9 jul. 1924.

44 A GANÂNCIA dos comerciantes. *A Capital*, São Paulo, 8 jul. 1924.

45 APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n. 1009 de 1927, v. 24.

46 HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos 20. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 285.

47 *O Combate*, São Paulo, jan.-jun. 1924. AEL. **Circular Cift**, n. 280, 28 jan. 1924.

48 HISTÓRIA E ENERGIA. **A Light e a Revolução de 24**. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, n. 4, p. 89, set. 1987.

49 AEL. **Circular Cift**, n. 291, 11 fev. 1924.

É importante pontuar que, apesar de o processo movido pela Justiça Federal contra os revoltosos indiciar apenas uma única mulher, a aviadora Anésia Pinheiro Machado, parte significativa dos trabalhadores dessas indústrias de tecidos era de mulheres, a exemplo da Liga Operária da Mooca, fundada em 1917, na qual a maioria dos filiados era de trabalhadoras do Cotonifício Crespi.⁵⁰ Nas fotografias que registraram os saques ao depósito da Companhia Puglisi, disponíveis online no Arquivo Público Mineiro, é notória a presença feminina, inclusive de mulheres negras, apesar de sua ausência na documentação escrita.⁵¹

Outro caso simbólico da revolta popular foi o incêndio promovido ao Fórum Criminal, que destruiu grande parte do prédio e dos documentos que abrigava. Segundo laudo policial, “havia vestígios positivos de ter sido o incêndio ateado por mãos criminosas; pois, além dos vidros e palitos do caixilho da janela referida estarem partidos, o telhado mostrava ainda vestígio de piso apressado”.⁵²

Fato parecido ocorreu com a documentação do Gabinete de Investigações e Capturas, onde se instalou nos dias de revolta a Chefatura de Polícia Revolucionária, criada com o intuito de inibir os saques e comandada por um major do Exército, que contava com a contribuição de diversos civis. Dentre eles havia Antônio Rodrigues de Carvalho, vulgo Carvalhinho, apontado enquanto jogador profissional e autor de vários roubos. Conforme a denúncia, “desse Gabinete assumiu ele a direção, no posto de tenente, tendo sido um dos seus primeiros cuidados, a destruição do prontuário em que se encontrava o registro dos seus antecedentes criminais”.⁵³

Em ambos os casos podemos notar o aproveitamento de alguns envolvidos no movimento revoltoso para resolver, ou pelo menos dar um sumiço, nas suas pendências com a justiça, sendo os incêndios promovidos expressão de revolta, que variavam com a ocasião e as oportunidades do momento. Embora resultado de ações individuais, tais práticas alcançavam a simpatia de outros, que aproveitavam dos incêndios para realizar saques.⁵⁴

Segundo Rudé, o estereótipo conservador de apontar a “ralé” como sem ideias e impulsos honrosos próprios, sempre enquanto agentes passivos, motivados pelo saque, lucro, desejo de derramamento de sangue ou satisfazer seus instintos criminosos, contribuiu para interpretação dos movimentos de multidão como se isto se tratasse de uma abstração desmaterializada. Para ele, a ideologia popular é fundamentada na experiência, sendo necessário “reconhecer na multidão ‘um ser de carne e sangue’, com sua própria ‘identidade, interesses e aspirações’”, e entender, *a partir de dentro*, “como ela se comportava, de que

50 BIONDI, Luigi. **Classe e nação**: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo (1890-1920). Campinas: Editora da Unicamp, 2011. p. 338. FRACCARO, Gláucia. **Os direitos das mulheres**: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: FGV, 2018. p. 41-43.

51 Arquivo Público Mineiro. Fundo Arthur da Silva Bernardes. AB-05-4-032(01), AB-05-4-032(02) e AB-05-4-032(03). Disponíveis em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fotografico/AB-05-1.11/27106.jpg>; <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fotografico/AB-05-1.11/27107.jpg>; <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fotografico/AB-05-1.11/27108.jpg>. Acesso em: 10 abr. 2022.

52 APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n. 1009 de 1927, v. 25, f. 67.

53 TJSP. **Sucessos subversivos de São Paulo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. p. 76. APESP. **Processo da Revolução de 1924**. STF, n. 1009 de 1927, v. 27, f. 178.

54 HOBBSAWM, Eric; RUDÉ, George. **Capitão Swing**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982. p. 197-202.

forma era composta, de que maneira era atraída para suas atividades, o que tentava realizar e até que ponto concretizava seus objetivos”.⁵⁵

Mas essa multidão não era coesa. Thompson aponta que devemos considerar a multidão como ela era, *sui generis*, com seus próprios objetivos, operando dentro de uma complexa e delicada polarização de forças em seu próprio contexto. O mesmo se deve aos seus meios de expressão. Com relação aos incêndios intencionais analisados por Rudé, o autor afirma que “sempre resultavam da ação individual cujos responsáveis eram motivados pelo rancor ou desejo de vingança pessoal, só remotamente relacionados aos problemas dos trabalhadores no seu todo”; no entanto, havia simpatias entre os trabalhadores e os incendiários.⁵⁶

Embora distantes no tempo e no espaço, os saques e incêndios nas fábricas em 1924 em alguns traços se aproximam dos motins de fome analisados por Thompson. Eles ocorreram em meio a um mal-estar já existente contra os patrões, evidente com as greves registradas naquele ano, e refletiam a indignação popular, com o aumento dos preços dos alimentos retratado nos jornais. A afronta provocada por alguém a lucrar em situação de emergência que ameaça a vida conferia um peso “moral” particular ao protesto.⁵⁷

Em meio ao turbilhão social que o conflito causou na vida da classe trabalhadora, acarretando a intensificação do flagelo da população mais pobre da cidade, o governo federal não reviu a sua estratégia de enfrentamento à revolta, apesar dos diversos pedidos pela suspensão do bombardeio. Constatando o poder da força legalista, que contava com 15 mil homens contra os 7 mil revoltosos, desconsiderando novas adesões populares e com dificuldades de estabelecer conexões com levantes ocorridos em outras localidades, registrados em Mato Grosso, Sergipe, Amazonas e Pará, o comando militar revoltoso decidiu retirar-se da cidade enquanto era possível. Calculava-se que a situação na capital paulista só poderia ser aliviada com levantes no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, que estavam fortemente ocupados por forças do governo, que podiam a qualquer momento tomar as ferrovias. Foi utilizando-se delas e com o apoio dos ferroviários que os revoltosos organizaram uma rápida retirada em direção ao Mato Grosso, no dia 27 de julho, levando cerca de 3.000 homens, 14 canhões e todo o material bélico possível.⁵⁸

Com a desocupação militar na cidade de São Paulo, restou à população a destruição e a morte. O saldo de vítimas parou em 503 mortos e 4.846 feridos, segundo relatório da prefeitura. Carlo Romani afirma que “a reação armada das tropas federais legalistas para

55 RUDÉ, op. cit., p. 7-12.

56 THOMPSON, op. cit., 1984, p. 31-32. HOBBSAWM; RUDÉ, op. cit., p. 197-202.

57 THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 257.

58 PEREIRA, Duarte Pacheco. **1924 – O diário da revolução**: os 23 dias que abalaram São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. p. 153-154. NORONHA, op. cit., p. 131. TÁVORA, op. cit., 1927, p. 274-276. APESP. **Processo da Revolução de 1924**. STF, n. 1009 de 1927, v. 51, 53 e 54. CABANAS, op. cit., p. 55 e 77. COSTA; GOES, op. cit., p. 254-256. TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas**: memórias - 1º volume - Da planície à borda do altiplano. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1974. p. 144-145. MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras**: uma história da Coluna Prestes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1995. p. 179-191.

retomar São Paulo provocou, segundo as agências internacionais, por volta de mil mortos, além de 4.000 feridos, quase todos civis.” Além disso, muitos sepultamentos ocorreram fora dos cemitérios. Desde o início dos confrontos, jornais noticiavam a existência de cadáveres insepultos, principalmente nos locais mais perigosos, de combates mais intensos. Uma publicação, do dia 29, tratava da remoção de centenas de mortos soldados e civis que haviam sido encontrados em terrenos nos bairros do Belenzinho e Mooca. Outra, do início de agosto, mencionava 500 corpos localizados nos entornos da cidade. Trata-se do maior massacre urbano realizado durante os governos republicanos⁵⁹

Os civis no processo judicial

COM O TÉRMINO da revolta na cidade, os diversos envolvidos foram perseguidos, presos e alguns deles processados. Estima-se em aproximadamente “10 mil o número de presos em São Paulo. Alguns prisioneiros desapareceram, outros foram executados abertamente”.⁶⁰

Os militares envolvidos acabaram sendo processados com base no artigo 107 do Código Penal e não no Código da Justiça Militar, por “tentar, diretamente e por fatos, mudar por meios violentos a Constituição política da República, ou a forma de governo estabelecida”. Analisando o processo movido pela Justiça Federal contra os envolvidos na Revolta de 1924 em São Paulo foi possível observar um amplo envolvimento civil. Dos 667 indiciados, 405 eram civis, representando 61%. Todavia, nas sentenças dos 176 condenados ao final do processo, 36 eram civis. A responsabilização recaiu sobre os envolvidos de altas e médias patentes do Exército e da Força Pública de São Paulo, apontados enquanto autores intelectuais do movimento e traidores do juramento de “manter as leis do país e sustentar as instituições constitucionais”.⁶¹

Apesar do apagamento do envolvimento civil na revolta, ele foi numeroso, significativo e organizado. Dentre os indiciados civis, alguns foram apontados enquanto integrantes dos chamados Batalhões Estrangeiros, organizados por nacionalidades: alemão, húngaro e italiano. Tais batalhões eram compostos por imigrantes trabalhadores, muitos deles ex-combatentes da Primeira Guerra, que contribuíram qualitativamente para a manutenção da revolta com a sua experiência na construção de blindados e bombas. Analisando seus

59 ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a revolução paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 161-178, 2011. p. 163. CADÁVERES insepultos. **A Capital**, São Paulo, p. 1, 8 jul. 1924. REMOÇÃO de cadáveres. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 2, 23 jul. 1924. MORTOS insepultos. **A Gazeta**, São Paulo, p. 2, 29 jul. 1924. FORAM percorridos pelo prefeito os cemitérios da capital. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, 31 jul. 1924. CADÁVERES insepultos. **A Capital**, São Paulo, p. 1, 9 ago. 1924.

60 MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 353-355.

61 STF. **Sucessos subversivos de São Paulo**. Julgamento da Apelação. Acórdão. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. p. 40. SOARES, Oscar de Macedo. **Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil comentado**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1910. p. 237. APESP. **Processo da Revolução de 1924**. STF, n. 1009 de 1927, v. 147, f. 1-163. COSTA, Edgard. **Os grandes julgamentos do Supremo Tribunal Federal**. Primeiro volume (1892-1925). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 464-468.

depoimentos foi possível observar que muitos argumentavam que devido à necessidade de sobrevivência, com o desemprego e a fome, devido à suspensão do trabalho nas fábricas e comércios em meio à ocupação militar da cidade, só lhes restava prestar serviços aos revoltosos, que lhes ofereciam soldo e prometiam terras ao término da empreitada.

O envolvimento desses estrangeiros na Revolta de 1924 foi mobilizado pela imprensa na construção do mito da ameaça estrangeira.⁶² Aproveitando da situação, intensificou-se o controle sobre a população. A nível estadual, a partir daquele ano, as despesas com a Segurança Pública foram ampliadas. Criou-se a Delegacia de Ordem Política e Social (Deops/SP), inserida no Gabinete de Investigações e Capturas, estruturando uma polícia política vigilante e repressora. Além disso, os vários decretos de estado de sítio marcaram o governo de Arthur Bernardes, totalizando, em quatro anos, menos de dois meses governados em estado de normalidade. Tais decretos, presentes em quase a integralidade do referido mandato, facilitaram e deram ares de legalidade para práticas violentas e ilegais, que violavam direitos humanos básicos. Reflexo disso foi a adaptação da Hospedaria dos Imigrantes em presídio político e a instituição de uma colônia penal no extremo norte do país, Clevelândia, na região do Oiapoque, que condenava os desterrados indiretamente à morte, fossem eles envolvidos nas revoltas tenentistas, anarquistas, capoeiras, opositores políticos ou demais classificados enquanto “indesejáveis”.⁶³

Conclusões

A DIVERSIDADE SOCIAL e política dos implicados na Revolta de 1924 em São Paulo extrapola os supostos marcadores convencionais da definição de “tenentismo”, que focaliza nos agentes militares detentores da patente de tenente e turva todo o restante, sem oferecer maiores análises sobre as patentes militares inferiores, pouco refletindo sobre o envolvimento civil, ou pouco questionando as questões de classe, de raça e de gênero. Neste artigo buscou-se apontar a existência da participação civil na revolta, com ênfase nas perspectivas da classe trabalhadora, o que nos possibilitou ampliar o espectro analítico demonstrando a efetividade desses sujeitos no movimento.

Através dos manifestos publicados em meio à revolta, dos saques e incêndios realizados, foi possível notar uma multiplicidade de interesses que estavam em jogo. Quando o movimento tomou a cidade, embora iniciado por levantes militares, incorporou grupos civis e as suas respectivas demandas. Estrangeiros que acabaram desempregados no contexto do conflito viram no alistamento às forças revoltosas como possibilidade de sobrevivência, em troca do oferecimento de seus trabalhos e conhecimentos bélicos. Operários organizados viram

62 PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 87-131.

63 ROMANI, op. cit., 2011. SAMIS, op. cit., p. 212-243. GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. **O pensamento nacional-autoritário e o estado de sítio na Primeira República: faces do governo de Arthur Bernardes (1922-1926)**. Anais do 30º Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História, Recife, 2019.

a revolta iniciada pelo Exército e Força Pública como possibilidade para pleitear melhores condições de trabalho e de vida. Aliada a tudo isso, havia a multidão em fúria, que promovia os motins populares, seja contra o aumento dos preços dos víveres, seja contra o bombardeio de seus bairros, ou ainda como manifestação de outras antigas insatisfações.

Essa pluralidade de envolvidos, de motivações e de expectativas nos faz pensar na existência de muitas revoltas dentro de uma só. A ocorrida em julho de 1924 em São Paulo foi a revolta multifacetada de uma sociedade complexa, com seus emaranhados de demandas e disputas.

Recebido em: 03/11/2022

Aprovado em: 04/03/2023